Partes no processo principal

Recorrente: Iraklis Haralambidis

Recorrido: Calogero Casilli

Sendo intervenientes: Autorità Portuale di Brindisi, Ministero delle Infrastrutture e dei Trasporti, Regione Puglia, Provincia di Brindisi, Comune di Brindisi, Camera di Commercio Industria Artigianato ed Agricoltura di Brindisi

Dispositivo

Em circunstâncias como as do processo principal, o artigo 45.º, n.º 4, TFUE deve ser interpretado no sentido de que não permite que um Estado-Membro reserve aos seus nacionais o exercício das funções de presidente de uma autoridade portuária.

⁽¹⁾ JO C 207, de 20.07.2013.

**Acórdão do Tribunal de Justiça (Primeira Secção) de 11 de setembro de 2014 — Comissão Europeia/
República portuguesa**

(Processo C-277/13) ⁽¹⁾

**(«Incumprimento de Estado — Diretiva 96/67/CE — Artigo 11.º — Transporte aéreo — Serviço de
assistência em escala — Seleção dos prestadores»)**

(2014/C 409/19)

Língua do processo: português

Partes

Demandante: Comissão Europeia (representantes: P. Guerra e Andrade e F. W. Bulst, agentes)

Demandada: República portuguesa (representantes: L. Inez Fernandes, T. Falcão e V. Moura Ramos, agentes)

Dispositivo

- 1) A República Portuguesa, ao não tomar as medidas necessárias para que fosse organizado um processo de seleção dos operadores autorizados a prestar serviços de assistência em escala a bagagens, a operações em pista e a carga e correio nos aeroportos de Lisboa, Porto e Faro, de acordo com o artigo 11.º da Diretiva 96/67/CE do Conselho, de 15 de outubro de 1996, relativa ao acesso ao mercado da assistência em escala nos aeroportos da Comunidade, não cumpriu as obrigações que lhe incumbem por força deste artigo.
- 2) A República Portuguesa é condenada nas despesas.

⁽¹⁾ JO C 233, de 10.08.2013.

**Acórdão do Tribunal de Justiça (Sétima Secção) de 11 de setembro de 2014 (pedido de decisão
prejudicial do Eparchiako Dikastirio Lefkosias — Chipre) — Sotiris Papisavvas/O Fileleftheros
Dimosia Etaireia Ltd e o.**

(Processo C-291/13) ⁽¹⁾

«Reenvio prejudicial — Diretiva 2000/31/CE — Âmbito de aplicação — Litígio por difamação»

(2014/C 409/20)

Língua do processo: grego

Órgão jurisdicional de reenvio

Eparchiako Dikastirio Lefkosias